

Ulysses diz que foi "forçado" a atacar multinacionais

JOSIAS DE SOUZA

Secretário de Redação da Sucursal Brasília

O clima de tensão parecia irreversível quando três representantes de empresas multinacionais cruzaram ontem, às 11h, a porta da casa do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), presidente interino da República. Apenas cinco minutos foram suficientes para quebrar o gelo de uma conversa que acabaria incluindo inesperados momentos de descontração. O mesmo Ulysses que no dia anterior atacara a intenção das multinacionais de gastar US\$ 2 milhões para modificar trechos do projeto de Constituição conversou amistosamente com Nahid Chicani, da General Electric e coordenador do Grupo de Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro da Fiesp; Herman Wever, da Siemens; e Antônio Teixeira da Silva, da Phillip Morris.

O deputado Cunha Bueno (PMDB-SP), que acompanhava os três, ajudou a quebrar o gelo que ameaçava o encontro com o presidente interino. Escalado para abrir a conversa, Bueno tratou de abordar, logo no início, o assunto que levou os representantes das multinacionais a incomodarem Ulysses no seu descanso de final de semana. Disse que Chicani, Wever e Teixeira da Silva ali estavam para desfazer um mal-entendido alimentado pelos jornais nas últimas semanas. Usando palavras bem escolhidas, Bueno explicou a Ulysses que as empresas

estrangeiras não pretendem usar dólares para moldar os artigos que lhe dizem respeito no texto da nova Constituição, durante o 2º turno de votações.

Bueno afirmou na conversa com Ulysses que existe na Fiesp um grupo de 68 empresas de capital estrangeiro. Este grupo, segundo ele, se reúne todas as primeiras quartas-feiras de cada mês para discutir o andamento das votações no Congresso constituinte. Mas não há, de acordo com suas explicações, qualquer intenção de agir sobre os constituintes de forma ilícita, de maneiras consideradas não convencionais. O que houve é que parte do grupo da Fiesp decidiu formar um fundo, para financiar uma campanha publicitária que divulgaria as opiniões das multinacionais. A intenção de lançar a campanha foi, de acordo com Bueno, mal interpretada.

O representante da Phillip Morris, Teixeira da Silva, preocupou-se em falar sobre a "importância" das empresas estrangeiras instaladas no Brasil. Foi acompanhado por seus colegas. O mais enfático entre os três foi o funcionário da Siemens. Herman Wever disse que, ao introduzir no texto constitucional artigos que limitam a atuação das multinacionais, os constituintes estão prejudicando indiretamente os "milhões de empregados brasileiros" que trabalham nestas empresas.

Sob o olhar atento de Oswaldo Manicardi, seu inseparável secretário

particular, Ulysses disse que, de fato, a notícia de que as multinacionais pretendiam aplicar US\$ 2 milhões para modificar o texto da Constituição foi muito "infeliz". "Ninguém precisa de dinheiro para entrar na Constituinte, uma casa aberta", disse o deputado. "Fui forçado a dar declarações à imprensa", explicou-se. Na última sexta-feira, em entrevista coletiva, Ulysses dissera que "o dólar não é o caminho apropriado para se chegar ao Congresso".

Antes que a conversa terminasse, Ulysses perguntou qual o trecho da Constituição que mais preocupa às multinacionais. Foi informado de que é o parágrafo 2º do artigo 177, que prevê a preferência às empresas nacionais nas compras feitas pelo governo. Ulysses foi instado a dizer o que pensa sobre o artigo. Ao esquivar-se, proporcionou o momento mais descontraído do encontro. "Se eu for apitar uma partida de futebol, mesmo que seja corintiano, não posso declinar minha posição antes do final do jogo", disse, provocando risos. Ao sair para almoçar no restaurante Piantella, após o encontro, Ulysses deixou sobre o sofá o livreto "A Importância das Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro para o Desenvolvimento Nacional", escrito por Maria Helena Zockun. Os representantes das multinacionais levaram a promessa de Ulysses de que o livreto seria lido.



O deputado Ulysses Guimarães sai de sua casa, após conversar com empresários, para almoçar

Empresários procuram deputado para tentar suprimir nacionalismo

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, 71, recebeu ontem em sua residência em Brasília três representantes de multinacionais ligadas à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que irão iniciar contatos com constituintes para que seja suprimido do texto constitucional a preferência por empresas de capital nacional na aquisição de bens pelo poder público. O parágrafo 2º do artigo 177 do texto aprovado no primeiro turno diz que "na aquisição de bens e serviços, o poder público dará tratamento preferencial à empresa brasileira de capital nacional".

"Será um esclarecimento a cada constituinte para dirimir dúvidas sobre o papel das empresas brasileiras de capital estrangeiro na economia do país", disse o presidente da Siemens, Hermann Wever, 51, após encontro de 1 hora e 15 minutos, a partir das 11h, com Ulysses, do qual participaram o deputado Cunha Bueno (PDS-SP) e os vice-presidentes da Phillip Morris, Antônio Silva, e da General Electric, Nahid Chicani, 53.

Sarney chega hoje da viagem à China

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney, 58, desembarca hoje, às 12h30, na Base Aérea de Brasília, após uma visita de quatro dias à China. Sarney e a comitiva de 28 pessoas que esteve com ele naquele país embarcaram de Xangai para o Brasil às 20h10 de anteontem. O avião tinha escalas

previstas em Honolulu (Havai) e Los Angeles (EUA).

As 16h, Sarney assistirá à primeira missa que d. José Freire Falcão, 62, celebrará, no ginásio Nilson Nelson, como cardeal. O governador interino do Distrito Federal, Guy de Almeida, prevê a presença de 25 mil pessoas na cerimônia.

Wever afirmou que o grupo de multinacionais ligadas à Fiesp não tem qualquer orçamento para aprovar seus interesses na Constituição. Segundo o assessor de relações públicas da Siemens, José Machado, menos de 10% das 68 empresas ligadas à Federação estão no grupo que recolheu US\$ 2 milhões para empreender uma campanha em defesa dos seus interesses no Congresso constituinte. "Temos um livro e faremos um trabalho para tirar dúvidas. Nada de mídia", afirmou.

Cunha Bueno, que deverá apresentar emenda para suprimir a expres-

são "capital nacional" do parágrafo 2º, disse que ainda não sabe quantos votos terá em plenário: "O problema surgiu agora, pois a emenda aprovada no primeiro turno não especificava o capital, dando preferência apenas às empresas brasileiras", afirmou.

Ulysses disse que as emendas que ele apresentar serão "analisadas imparcialmente como todas as outras", e que o Congresso "é imune às pressões de dinheiro". Para ele, "o segundo turno foi feito para as correções do texto e as pressões de dinheiro não adiantam. Nesse ponto sou intransigente", afirmou.



O deputado Cunha Bueno acompanha os representantes das empresas de capital estrangeiro após encontro com Ulysses

Lula Marques

Lula Marques